



# **CÂMARA MUNICIPAL DE ITURAMA**

## **PROCURADORIA GERAL**

---

### **PARECER JURÍDICO N.º 69/2024**

**PROJETO DE LEI N.º 54/2024 -  
AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO  
ESPECIAL, POR EXCESSO DE  
ARRECADAÇÃO, NO ORÇAMENTO  
VIGENTE E CONTÉM OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.**

#### **I – RELATÓRIO**

De autoria do Poder Executivo, em análise por esta Procuradoria Geral, o Projeto de Lei, em apertada síntese, visa abrir crédito adicional especial no orçamento vigente, criando autorização de despesas para subvenções sociais no valor de R\$40.000,00 (quarenta mil reais), material de consumo no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), outros serviços de terceiros Pessoa Física no valor de R\$ 16.769,47 (dezesseis mil setecentos e sessenta e nove reais e quarenta e sete centavos) e R\$ 310.000,00 (trezentos e dez mil reais) para auxílios todas autorizações dentro do Fundo Municipal de Idoso.

Para tanto usa como fonte de receitas recursos provenientes do excesso de arrecadação de recursos vinculados a fundos.

Este é o relatório.

#### **II – FUNDAMENTAÇÃO**

O projeto é de lei de competência exclusiva do Poder Executivo, nos termos do inciso V, art. 50 da Lei Orgânica Municipal. Transcrevo:

##### **LEI ORGÂNICA MUNICIPAL**

**Art. 50 – São de iniciativa exclusiva do Prefeito Municipal, as leis que disponham sobre:**

**(...)**

**IV - matéria orçamentária, e a que autorize a abertura de créditos ou conceda auxílios, prêmios e subvenções;**

Devemos analisar o Projeto de Lei, com relação às vedações constantes do inciso V do art. 167 da Constituição Federal. Transcrevo:

##### **Constituição Federal**

**Art. 167 São Vedados:**



# **CÂMARA MUNICIPAL DE ITURAMA**

## **PROCURADORIA GERAL**

...

**V - A abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem infração dos recursos correspondentes.**

Verificamos ainda mais que são as classificações dos créditos adicionais constantes nos termos do inciso II do art. 41 da Lei 4.320/64, transcrevo:

### **Lei Federal nº 4.320/1964**

**Art. 41. Os créditos adicionais classificam-se em:**

...

**II - especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;**

Por último devemos ressaltar: “A autorização para créditos adicionais será feita em lei própria. Com isto se salvaguarda o princípio da prévia autorização e evita-se o abuso pelo Executivo de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

A abertura dos créditos especiais e suplementares deve ser precedida de exposição justificativa e depende da existência e da indicação de recursos disponíveis e descomprometidos para acorrer à despesa”, conforme consta do inciso I, do § 1º do art. 43 da Lei n.º 4.320/64, transcrevo:

### **LEI FEDERAL N.º 4.320/1964**

**Art. 43 A abertura de créditos suplementares e especiais, depende da existência de recursos disponíveis para acorrer à despesa e será precedida de exposição justificativa;**

**§ 1º Consideram-se recursos, para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:**

...

**II - os provenientes de excesso de arrecadação;**

Verifico que as aberturas de créditos especiais existentes no projeto em comento serão cobertas através de excesso de arrecadação da Fonte 01.0759 – Recursos Vinculados a Fundos e da Fonte 01.0660 – Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – como estipulado no inciso II, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320/64.

A matéria foi proposta através de norma adequada, pois NÃO foi reservada a Lei Complementar, vejamos:

### **LEI ORGÂNICA MUNICIPAL**



# **CÂMARA MUNICIPAL DE ITURAMA**

## **PROCURADORIA GERAL**

---

**Art. 49.** As leis complementares somente serão aprovadas se obtiverem maioria absoluta dos votos dos membros da Câmara Municipal, observados os demais termos de votação das leis ordinárias.

**§ Único.** Serão leis complementares, dentre outras previstas nesta Lei Orgânica:

**I – Código Tributário do Município;**

**II – Código de obras;**

**III – Código de Posturas;**

**IV – Plano Diretor;**

**V – lei instituidora do regime jurídico único dos servidores municipais;**

**VI – lei instituidora da Guarda Municipal;**

**VII – lei de criação de cargos, funções ou empregos públicos;**

**VIII – Estatutos dos Servidores Municipais;**

**IX – normas Urbanísticas de Uso e Ocupação do Solo;**

**X – todas as Codificações.**

Recomendo alteração da Ementa para fazer constar: **“AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL, POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, NO ORÇAMENTO VIGENTE E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS”**.

Recomendo alteração do art. 4º para constar: “Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

O projeto está subscrito pelo autor da proposição conforme determina o artigo 169 do Regimento da Casa, reproduzo:

### **REGIMENTO INTERNO**

**Art. 169.** A Mesa só recebe proposição redigida com clareza, assinada pelo autor ou autores e observância do estilo parlamentar, dentro das normas constitucionais e regimentais e que verse sobre matéria de competência da Câmara. (alterado pela Resolução nº 34/96).

O projeto de lei foi bem redigido estando de acordo com o disposto no artigo 169 acima transcrito do Regimento Interno desta Casa Legislativa e de acordo com a Lei Complementar Federal nº 95/1998 e o Decreto Federal nº 9.191/2017.

O projeto deve ser submetido à apreciação das seguintes Comissões Permanentes:

### **REGIMENTO INTERNO**

**Art. 68.** Compete à Comissão de Finanças, Justiça e Legislação manifestar-se sobre matéria financeira, tributária e todos os assuntos entregues à sua apreciação quanto ao aspecto gramatical e lógico de todas as proposições submetidas à deliberação da Câmara, bem como elaborar a redação final das proposições



# CÂMARA MUNICIPAL DE ITURAMA

## PROCURADORIA GERAL

---

aprovadas.

**Art. 69.** Compete à Comissão de Orçamento e Tomada de Contas, manifestar-se sobre matéria orçamentária, créditos adicionais, bem como sobre as contas do Prefeito e do Presidente da Câmara.

...

**Art. 72.** Compete à Comissão de Educação, Cultura e Saúde, emitir parecer sobre proposições referentes à educação, ensino e artes, e outras manifestações culturais ao patrimônio histórico, aos esportes e lazer, à higiene e saúde pública.

O quórum das deliberações do projeto é de **MAIORIA SIMPLES**, conforme preleciona o art. 261, do Regimento Interno, caso aprovado nas Comissões Permanentes, reproduzo:

### REGIMENTO INTERNO

**Art. 261.** As deliberações da Câmara são tomadas por maioria de votos, presentes mais da metade de seus membros, salvo disposições em contrário.

### III – CONCLUSÃO

Diante do exposto, observada a retificação da Ementa e do artigo 4º, OPINO pela juridicidade do projeto de lei em comento.

O parecer não vincula as comissões permanentes nem reflete o pensamento dos Vereadores, que deverão apreciar o presente Projeto de Lei.

Salvo Melhor Juízo, este é o parecer.

Iturama - MG, 1 de julho de 2024.

David Tribiolli Corrêa  
Advogado  
(assinado eletronicamente)